

PAPEL DO BRIC NA ECONOMIA MUNDIAL

Msc. Leandro Bruno Santos

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP

Luis José Donzelle, n. 111, Jd. Itatiaia, CEP: 19041-310, Presidente Prudente (SP), Brasil

Tel.: (55 18) 8131.4274 - leandrobrunogeo@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo, avaliamos o papel desempenhado pelo BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – na economia mundial nos primeiros anos deste século. Atualmente, com a crise financeira internacional e a desaceleração econômica nos países desenvolvidos, alguns analistas têm defendido que o BRIC será suporte do crescimento econômico sustentado da economia mundial. Essa hipótese de descolamento do BRIC em relação às economias desenvolvidas é analisada cuidadosamente com base em dados estatísticos - PIB, renda per capita, trocas comerciais, investimentos diretos no exterior e internacionalização de empresas - disponibilizados por importantes organizações internacionais, dentre elas Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e Banco Mundial (BM).

Palavras-Chave: Mundialização, fluxos comerciais, empresas multinacionais periféricas, BRIC.

ABSTRACT

The article aims assess the role of the BRIC economies - Brazil, Russia, India, China e South Africa - in the world economy in the early years of this century. Currently, because of international financial crisis and economic slowdown in the developed countries, some analysts have argued that the BRIC economies will be the support of the sustained economical growth of the world economy. This hypothesis of decoupling of the BRIC economies is carefully analyzed from data statistical – GDP, per capita income, trade flows, foreign direct investments and internationalization of companies - provided by major international organizations, such as United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and World Bank (WB).

Key words: Mundialization, trade flows, peripheral multinational enterprises, BRIC.

RESUMEN

Se evalúa el papel de los países BRIC - Brasil, China, India, Rusia y Sudáfrica - en la economía mundial en los primeros años de este siglo. Actualmente, con la crisis financiera internacional y la desaceleración económica en los países desarrollados, algunos analistas han argumentado que el BRIC tendrá un papel importante en el crecimiento económico sostenido de la economía mundial. Se examina cuidadosamente esta hipótesis de independencia del BRIC en relación con las economías desarrolladas, a partir de datos estadísticos, tales como PIB, ingreso per cápita, el comercio, la inversión extranjera directa, la internacionalización de las empresas, entre otros, obtenidos de las principales organizaciones internacionales como Conferencia de las Naciones Unidas para el Comercio y desarrollo (UNCTAD) y Banco Mundial.

Palabras-clave: Mundialización, flujos comerciales, empresas multinacionales periféricas, BRIC.

INTRODUÇÃO

No início deste século, em função do rápido crescimento de algumas economias consideradas “emergentes” por organizações como OMC (Organização Mundial do Comércio) e UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), diversos analistas propuseram – com base em indicadores econômicos, principalmente - inúmeros termos, como Economias Emergentes, IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) e BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) .

O marco do surgimento do termo BRIC é o ano de 2001, quando da publicação do relatório Building Better Global Economic Brics, por Jim O’Neill, economista chefe do grupo financeiro Goldman Sachs. Neste relatório, foram elaboradas algumas projeções do BRIC para o ano 2050 nas quais o grupo superaria, quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), os países mais desenvolvidos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália).

Desde finais de 2008, com o aprofundamento da crise financeira nos países desenvolvidos, principalmente, muitos analistas vêm propondo que está acontecendo um descolamento/desligamento (decoupling) dos países do BRIC em relação às economias mais desenvolvidas, ou seja, que dora-

vante Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul sustentarão o crescimento econômico mundial. Outros analistas e até intelectuais ortodoxos e heterodoxos de grande envergadura, têm sugerido o colapso ou fim do poder americano e a emergência da China como candidata a potência mundial.

Dada essa premissa, este artigo representa um esforço de descortinar as falsas aparências e de compreender as transformações econômicas, políticas, sociais e espaciais no início deste século. A proposição de descolamento do BRIC é analisada à luz dos dados disponibilizados por organizações internacionais (OMC, UNCTAD, ONU) sobre população, PIB, renda per capita, comércio internacional, fluxos de investimentos e avanço externo de empresas da periferia.

O artigo está estruturado em seis seções, contando com esta introdução. Na segunda seção, os aspectos populacionais, econômicos e sociais do BRIC são avaliados. Na terceira, o foco recai sobre a participação dos países no comércio internacional e bilateral. Na quarta, são avaliados os investimentos realizados e recebidos pelo BRIC. Na quinta, mostramos as principais multinacionais desses países e os espaços para onde elas têm avançado, por meio de aquisições, de fusões e de investimentos novos. Finalmente, na última seção, apresentamos algumas considerações sobre um eventual descolamento do BRIC em relação aos países desenvolvidos.

ASPECTOS POPULACIONAIS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul respondem, juntos, por cerca de 2,9 bilhões de pessoas sendo que, somente China e Índia detêm, respectivamente, 1,3 e 1,1 bilhão de habitantes (mapa 1). A África do Sul é o país menos populoso do grupo, com aproximadamente 49 milhões de pessoas.

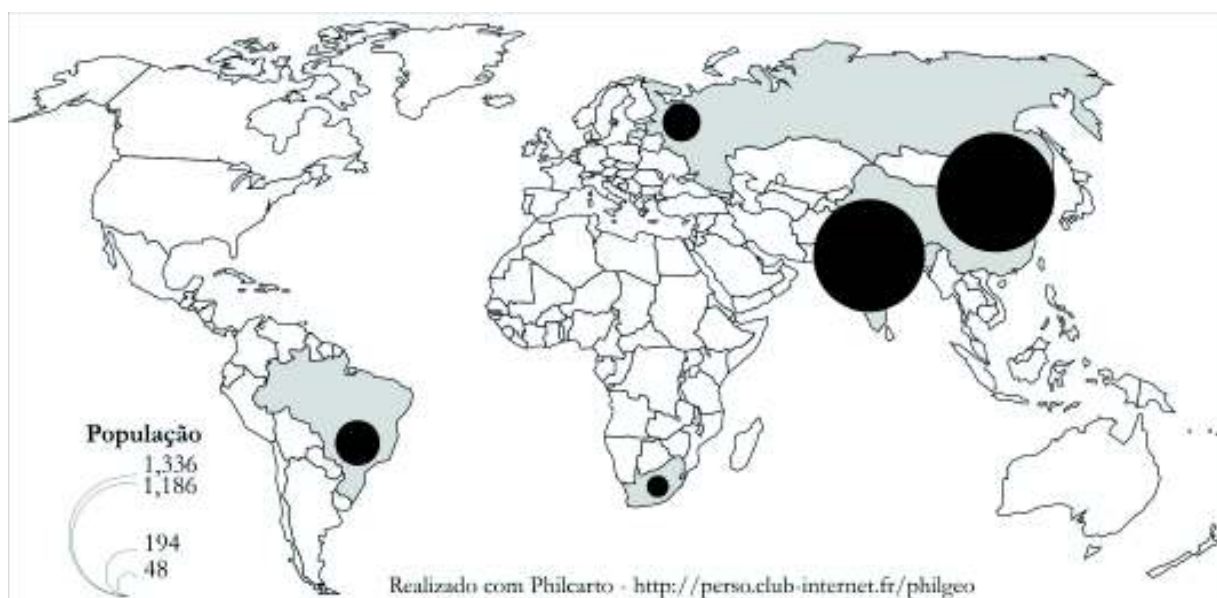


Figura 1 - População dos países do BRIC, em milhões
 Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/hum-sets.htm>
 Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

O Brasil é o terceiro mais populoso, com 194 milhões de habitantes, à frente da Rússia, que conta com 141 milhões. Considerando que, pelas estatísticas oficiais, o mundo atingiu a cifra de 6,6 bilhões de habitantes, o BRIC detém cerca de 44% de todo o contingente populacional mundial. Os dados sobre a taxa de crescimento populacional divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que Brasil e Índia apresentam, respectivamente, percentuais de 1.3% e 1.5%, ao passo que na China é de 0.6%, na África do Sul, 0.6% e na Rússia, -0.5%.

Apesar das diferenças nos critérios do que é urbano e rural em cada país, Brasil, Rússia e África do Sul são, respectivamente, os mais urbanizados do grupo. Índia e China possuem a maior parte da população no espaço rural (Tabela 1).

Tabela 1: Indicadores populacionais do BRIC

País	Distribuição da população (%), em 2009		Taxa anual de variação da população (%), entre 2005-2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
África do Sul	61	39	1.4	- 0.7
Brasil	86	14	1.8	- 1.9
China	44	56	2.7	- 1.0
Índia	30	70	2.4	1.1
Rússia	73	27	- 0.5	- 0.4

Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/hum-sets.htm>
Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Os dados da tabela 1 indicam duas informações importantes para os próximos dez anos. Em primeiro lugar, a China terá uma população predominantemente urbana, o que exigirá investimentos maciços na infra-estrutura do país e impactará, logicamente, na demanda por recursos naturais mais variados de diversas partes do mundo, principalmente da América Latina e da África. Em segundo lugar, a Índia, em função das altas taxas de crescimento populacional, ultrapassará a China e se tornará o país mais populoso do mundo. Certamente, as demandas indianas serão bem maiores que as da China, em virtude da menor área territorial, da maior dependência de recursos naturais externos e da falta de controle da natalidade.

Moreira; Santos (2009), ao analisarem as exportações do agronegócio brasileiro, demonstram a importância que a China vem assumindo nas importações de commodities do país, tornando-se o principal destino das exportações brasileiras, à frente, inclusive, dos Estados Unidos. Na África, existem aproximadamente 800 companhias, com 900 projetos de investimentos e 80 mil trabalhadores chineses. Broadman (2008) destaca que os investimentos diretos da Índia acumulados na África eram, no final de 2004, de US\$ 1,8 bilhão, ao passo que os investimentos chineses eram de US\$ 1,3 bilhão, no final de 2005. A maior parte desses investimentos está concentrada em indústrias extrativas (petróleo e minérios).

O aumento da demanda por recursos torna-se mais evidente quando da análise do PIB. Nos últimos anos, a soma de todas as riquezas geradas nos cinco países triplicou, saltando de US\$ 2,6 trilhões em 2000 para US\$ 7,4 trilhões em 2007. Em termos relativos, ocorreu uma elevação, no mesmo período de tempo, de 8.5% do PIB mundial para algo em torno de 13.6% (Figura 2).

Esse avanço dos países do BRIC na produção da riqueza mundial, porém, contrasta com a desigualdade de participação entre os países do grupo. Só a China responde por, aproximadamente, 45% de todas as riquezas produzidas pelos cinco países (Tabela 2).

Na verdade, entre 2000 e 2007, a China elevou sua participação de 44% para apenas 45% do PIB do BRIC. É que Brasil e África do Sul, que seguiram as promessas neoliberais de crescimento com esvaziamento do Estado e abertura econômica indiscriminada, apresentaram crescimento de suas riquezas bem abaixo do apresentado pelos demais países. Quando se leva em consideração a renda per capita, torna-se evidente que, apesar do forte avanço da China e da Índia, principalmente, estes países continuam com as menores taxas do grupo.

De acordo com os indicadores sociais da ONU, a renda per capita da África do Sul está em torno de US\$ 5,826 por ano, do Brasil, US\$ 6,852, da China, US\$ 2,604, da Índia, US\$ 976 e da

Rússia, US\$ 9,050. Portanto, Rússia, Brasil e África do Sul detêm, nessa ordem, as maiores rendas por habitante do BRIC. No entanto, os indicadores de renda encobrem a enorme desigualdade econômica e social em cada um desses países. Apesar dos avanços na produção das riquezas mundiais, há muito que melhorar na distribuição de renda e na melhoria das condições de vida das populações.

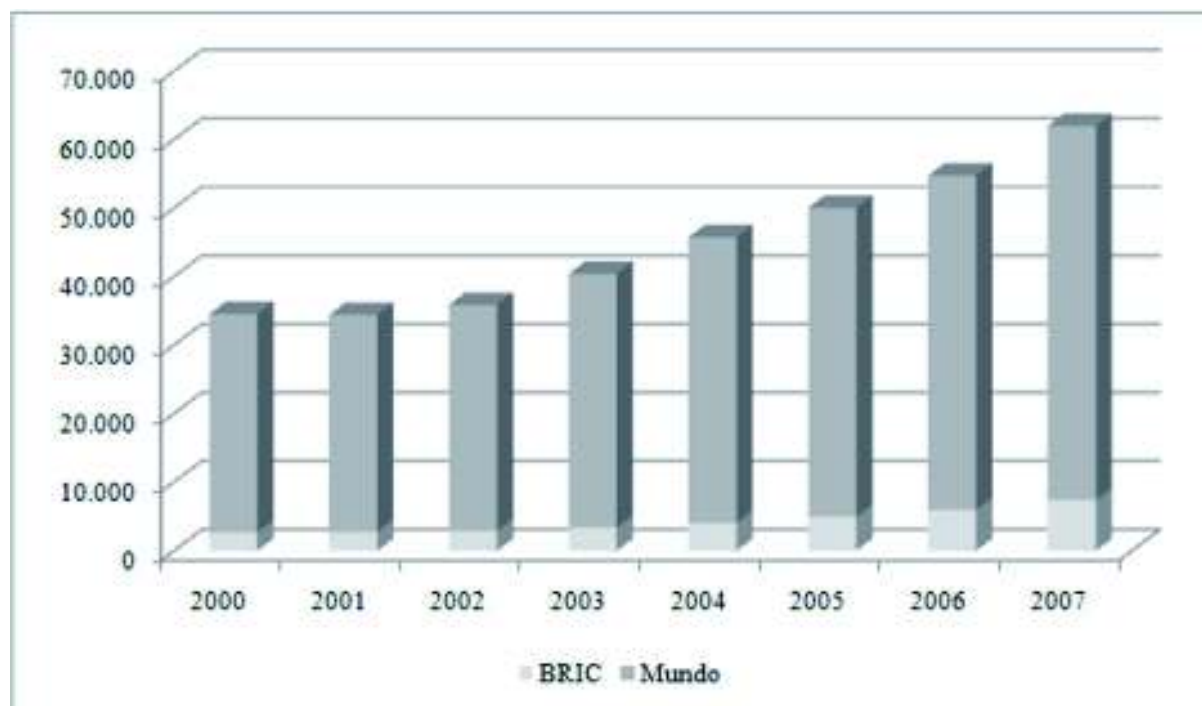


Figura 2: PIB do BRIC e do mundo, entre 2000 e 2007, em US\$ bilhões

Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selectionbasicFast.asp>

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Os dados indicam que, na Índia, a pobreza é mais endêmica, porém, tanto no Brasil como na África do Sul, o coeficiente de Gini é extremamente alto, chegando próximo de 0.6. Dupas (2006) avança a esse respeito propondo a designação de economias duais ao BRIC, quer dizer, apresentam uma gama de indústrias diversificadas – nas quais são, em alguns casos, líderes mundiais – e, ao mesmo tempo, enormes desigualdades sociais.

Tabela 2: PIB do BRIC, entre 2000 e 2007, em US\$ bilhões

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
África do Sul	132	118	110	166	216	242	257	283
Brasil	644	554	506	552	663	882	1,072	1,314
China	1,192	1,316	1,454	1,647	1,936	2,302	2,773	3,400
Índia	467	483	505	593	689	808	910	1,141
Rússia	259	306	345	431	591	764	984	1,289
Total	2,227	2,777	2,920	3,389	4,095	4,998	5,996	7,427

Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/selectionbasicFast.asp>

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO MUNDIAL

Entre os anos de 2000 e 2008, as exportações mundiais elevaram-se de US\$ 6,4 trilhões a US\$ 16,1 trilhões, multiplicando-se duas vezes e meia, ao passo que as vendas externas dos países que compoem o BRIC subiram de US\$ 482 bilhões para US\$ 2,3 trilhões, ou seja, quase quintuplicaram.

Nos últimos anos, a tendência tem sido de uma ampliação do BRIC nas exportações mundiais, devido às taxas de crescimento das vendas externas bastante superiores às apresentadas pelos demais países (Figura 3).

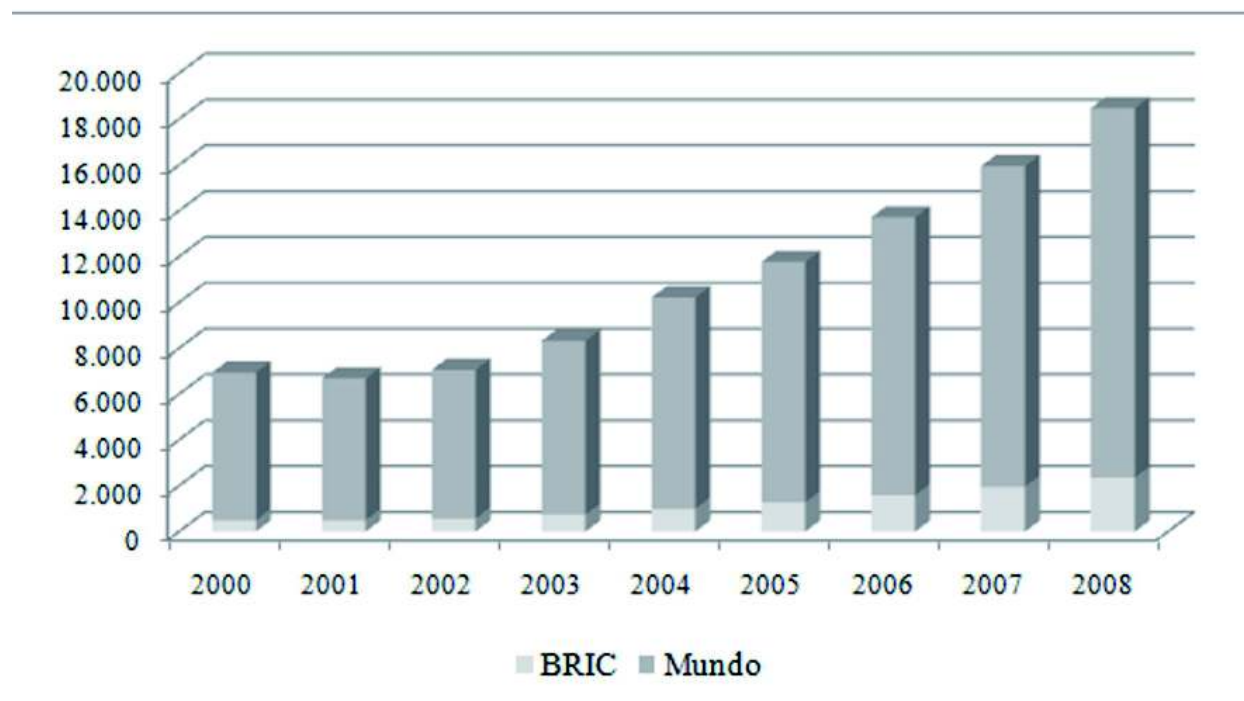


Figura 3: Exportações do BRIC, entre 2000 e 2008, em US\$ bilhões
 Fonte: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>
 Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Se no ano de 2000 cerca de 7,4% das exportações mundiais foram realizadas pelo BRIC, em 2008 esse percentual atingiu a marca de 14,6%. Em menos de uma década, África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia duplicaram a participação que tinham em conjunto das vendas externas no mundo. É em função desse rápido crescimento que os meios de comunicação, revistas especializadas e pesquisadores têm defendido que esses países desempenharão importante papel num futuro próximo, que será superior, inclusive, ao exercido por muitos países desenvolvidos de hoje.

Em parte, esse crescimento extraordinário do BRIC deve-se à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 2001, e à estratégia do governo deste país priorizar o comércio com mercados não tradicionais (BAUMANN, 2009). Com base na tabela 3, é possível afirmar que a China detém parcela significativa das exportações do BRIC.

Tabela 3: Exportações do BRIC, entre 2000 e 2008, em US\$ bilhões

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
África do Sul	29	29	29	36	46	51	58	69	80
Brasil	55	58	60	73	96	118	137	160	197
China	249	266	325	438	593	761	968	1,218	1,428
Índia	42	43	49	58	76	99	120	147	179
Rússia	105	101	107	135	183	243	303	354	471

Fonte: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>
 Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

No ano 2000, África do Sul, Brasil, Índia e Rússia respondiam por 48,4% das exportações do BRIC, enquanto a China detinha a taxa de 51%. Em 2008, porém, a China ampliou sua participação

para 60.6% e os demais países do grupo diminuíram a participação nas vendas externas totais. Nos últimos anos, tanto China como Índia e Rússia quadruplicaram suas vendas externas, enquanto África do Sul e Brasil apenas triplicaram as vendas, ocasionando, com isso, a elevação da participação chinesa nas exportações do grupo.

China e a Rússia são os principais países exportadores, apesar do primeiro possuir vendas externas três vezes maior que o segundo. A China tornou-se uma das maiores exportadoras mundiais de bens de consumo duráveis e não duráveis, enquanto a Rússia tem se tornado uma das principais exportadoras de combustíveis fósseis, principalmente para a China.

Quando se leva em consideração, porém, a importância da inserção externa com relação ao PIB de cada membro do grupo, a situação é bem diferente. As exportações correspondem a 42% do PIB da China, a 36.5% da Rússia, a 28.2% da África do Sul, a 15.7% da Índia e a 15% do Brasil. As economias chinesa e russa são, portanto, as mais internacionalizadas, com as exportações correspondendo a mais de 1/3 da economia, enquanto os demais membros do BRIC apresentam taxas de exportações que correspondem de 1/4 (África do Sul) a 1/6 (Índia e Brasil).

Apesar da importância do mercado interno para as economias - exceto a África do Sul - Brasil e Índia são menos susceptíveis às vicissitudes da economia mundial. Os indicadores trimestrais e as projeções das organizações multilaterais (Banco Mundial) mostram que China, Brasil e Índia são os países que menos sentiram os abalos da crise financeira internacional deflagrada em finais de 2008.

A Rússia, em função da crise e do peso do comércio internacional sobre o PIB, apresentou forte retração no primeiro trimestre de 2009. A China, apesar do peso das exportações sobre sua economia, é um caso *sui generis* que merece maior atenção, porque o Estado adotou um amplo pacote de estímulo à reativação econômica interna e porque tem direcionado sua produção para mercados não tradicionais (Brasil, México, Argentina) a preço bem abaixo do praticado no mercado mundial.

Quanto às importações mundiais, entre os anos de 2000 e 2008, as compras externas aumentaram mais de duas vezes e meia, ao se elevarem de 6,7 para US\$ 16,4 trilhões (Figura 4). Os países membros do BRIC, por sua vez, multiplicaram suas importações quase cinco vezes nesse período - com o aumento de US\$ 410 bilhões para US\$ 2 trilhões - e dobraram seus percentuais de participação, cuja elevação foi de 6.1% para 12.2% do total mundial.

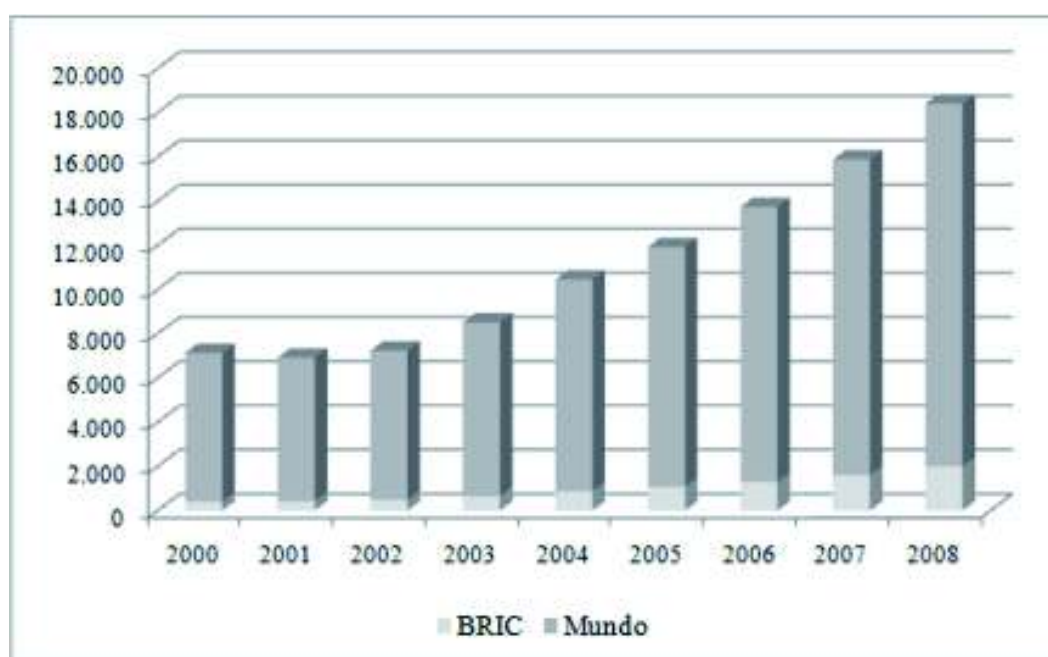


Figura 4: Importações do BRIC, entre 2000 e 2008, em US\$ bilhões

Fonte: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDStatProgramHome.aspx?Language=E>

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Quando se analisa detalhadamente cada membro do BRIC, alguns pontos são dignos de nota. Em primeiro lugar, a China detém mais da metade das importações, com 56.6% do total, sendo seguida bem distante por Rússia e Índia, com 14.6% cada um. Em segundo lugar, países como África do Sul e Índia importam mais do que exportam, apresentando, assim, déficits em suas balanças comerciais. Em terceiro lugar, a China responde, atualmente, por cerca de 6.9% das importações mundiais (Tabela 4).

Tabela 4: Importações do BRIC, entre 2000 e 2008, em US\$ bilhões

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
África do Sul	29	28	29	39	53	62	78	88	99
Brasil	59	58	49	50	66	77	95	126	182
China	225	243	295	412	561	659	791	955	1,133
Índia	51	50	56	72	99	142	172	216	291
Rússia	44	53	60	76	97	125	164	223	292

Fonte: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDStatProgramHome.aspx?Language=E>
Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Ao avaliarmos o comércio bilateral entre os membros do BRIC, notamos alguns pontos importantes, como, por exemplo, a ampliação do comércio entre eles e a dependência com relação à China (tabela 5).

Tabela 5: Importância relativa das trocas comerciais entre os países do BRIC – % dos fluxos bilaterais sobre as exportações e importações totais, 2000 e 2008

Exportações		2000					2008				
	África do Sul	Brasil	China	Índia	Rússia		África do Sul	Brasil	China	Índia	Rússia
África do Sul	..	0.76	1.27	1.41	0.11	África do Sul	..	0.89	5.82	3.08	0.32
Brasil	0.54	..	1.96	0.39	0.76	Brasil	0.88	..	8.28	1.15	2.35
China	0.40	0.49	..	0.62	0.89	China	0.60	1.31	..	2.20	2.31
Índia	0.69	0.50	1.86	..	1.99	Índia	1.36	1.78	5.54	..	0.6
Rússia	0.03	0.25	5.08	1.04	..	Rússia	0.01	0.43	4.5	1.11	..

Importações		2000					2008				
	África do Sul	Brasil	China	Índia	Rússia		África do Sul	Brasil	China	Índia	Rússia
África do Sul	..	1.12	3.78	1.17	0.12	África do Sul	..	2.00	9.81	2.83	0.04
Brasil	0.36	..	2.18	0.41	0.46	Brasil	0.38	..	10.83	1.87	1.77
China	0.14	0.48	..	0.37	2.33	China	0.38	1.45	..	0.89	1.86
Índia	0.72	0.42	3.03	..	2.10	Índia	0.72	0.35	9.98	..	1.65
Rússia	0.08	1.24	6.59	2.66	..	Rússia	0.01	0.76	7.91	1.96	..

Fonte: UN COMTRADE DATABASE
Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Os dados contidos na tabela 5 demonstram claramente que, entre 2000 e 2008, África do Sul, Brasil, Índia e Rússia ampliaram substancialmente suas relações comerciais com a China, que se tornou um importante destino para suas exportações. No caso do Brasil, por exemplo, mais de 8% de suas vendas internacionais tiveram como destino o mercado chinês. Em quase todos os países,

as exportações destinadas ao mercado chinês são superiores a 5%. Seja pela exportação, seja pela importação, cada um dos 4 membros do BRIC é mais dependente da China do que esta deles. Isso é evidente quando da constatação que o principal mercado para exportações do BRIC para a China – russo - correspondeu a apenas 2.3% de suas exportações.

Se a China for desconsiderada, os dados de importação e exportação dos demais membros do BRIC são muito pequenos com relação aos valores totais de suas trocas. A China é, pois, no aspecto econômico, quem dá sentido e dinamismo ao grupo. Quando se leva em consideração a importância política e geopolítica, Brasil, Rússia e Índia ganham relevância e fortalecem o grupo nos fóruns econômicos mundiais e nas organizações multilaterais.

Por trás desse avanço da China no cenário internacional e dos discursos simplistas de que é um modelo para os demais países de industrialização tardia é importante perceber que novas relações de dependência e de trocas desiguais têm surgido, haja vista que as exportações à China são, sobretudo, de grãos, minérios e recursos energéticos. Essas matérias-primas, inclusive, já estão sendo adquiridas por meio do patrocínio à expansão de empresas chinesas na África e na América Latina.

Três aspectos geográficos merecem apreço sobre as relações comerciais entre os membros do BRIC (Figura 5). Primeiro, a China leva vantagem sobre os demais parceiros porque, com uns mais, com outros menos, possui superávit comercial. Segundo, as relações comerciais são mais intensas entre os parceiros asiáticos. Terceiro, o Brasil, apesar da proximidade geográfica, cultural e social com a África do Sul, mantém relações econômicas que podem ser consideradas tímidas com este país quando se compara com o papel da China.

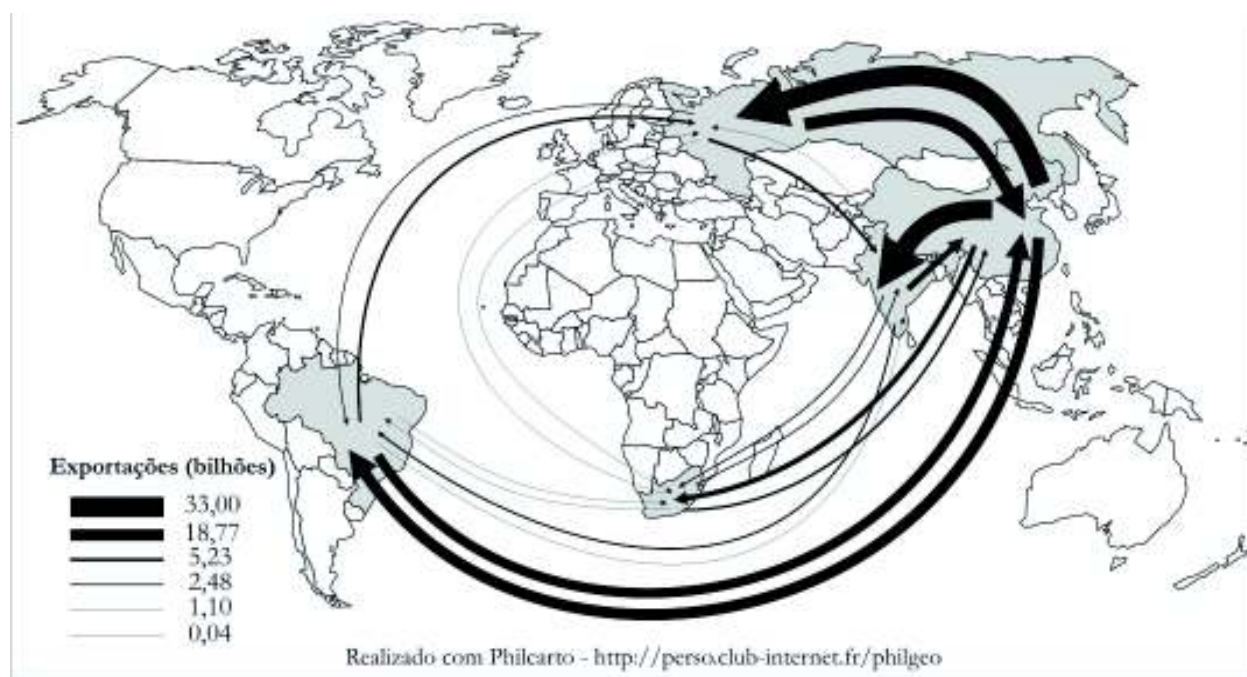


Figura 5: Comércio bilateral entre os membros do BRIC, em 2008

Fonte: UN COMTRADE DATABASE

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

O mapa mostra não só a menor relação entre África do Sul, Brasil, Índia e Rússia, como ainda o papel que a China vem assumindo ao trazer os demais países do BRIC para sua órbita. Enquanto o principal parceiro comercial do BRIC (Rússia) para a China corresponde a 2.3% das suas exportações, países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Alemanha representam, respectivamente, 18%, 8% e 4% de todas as vendas externas chinesas. Sobre a integração da China às economias desenvolvidas, podemos chamar a atenção ao fato de que, cada vez mais, nas rodadas comerciais os demais países do BRIC contarão menos com a China, que defenderá os seus interesses.

INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS

Antes de avançar a análise sobre os investimentos estrangeiros, torna-se necessário estabelecer uma distinção importante e necessária entre Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), investimentos em portfólios e novas formas de investimentos (NFI). Os IDE têm como característica principal a procura pelo controle acionário durável, sob a forma de aquisição, fusão, joint venture (empreendimentos conjuntos) ou greenfield investments (investimentos novos). Os investimentos em portfólios não se destinam ao controle durável, mas à compra de títulos públicos e privados de rápido retorno. As novas formas de investimento permitem que as Empresas Multinacionais (MN) controlem empresas em outros países prescindindo de capitais, por meio de acordos de licença, de assistência técnica, do franchising, da terceirização internacional, inter alia.

Essas diferentes formas de investimentos mudam temporal e espacialmente. No final do século XIX, os investimentos externos prevaleciam sob a forma de portfólio, por meio de empréstimos entre governos (países desenvolvidos para periféricos) e do patrocínio à construção de infra-estrutura (ferrovias, por exemplo). A partir de meados dos anos 1950, com o aprofundamento da internacionalização de empresas estadunidenses e, em seguida, européias e japonesas, os investimentos predominaram sob a forma de IDE. Desde os anos 1970, com o fim do padrão ouro-dólar e a adoção de medidas neoliberais de desregulamentação econômica e financeira pelos países desenvolvidos e impostas aos países periféricos, as NFI têm se destacado.

A dimensão espacial dos investimentos, nas três formas destacadas, está concentrada na tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) e em alguns países periféricos. O “globo” de atuação das MN é, portanto, circunscrito à tríade e a alguns países em desenvolvimento e em transição, sendo que, dentro do Terceiro Mundo, as estratégias das MN deixam claro que existem aqueles “no qual se investe, os NPI, e o resto que se deixa à ajuda pública para o desenvolvimento” (ANDREFF, 2000, p. 33). Os IDE das empresas têm, nos últimos anos, sido marcados pelo redirecionamento da indústria para os serviços, haja vista que os principais países investidores “se tornaram economias de serviços” (ANDREFF, 2000, p. 44).

Os países do BRIC são, historicamente, grandes receptores de investimentos diretos estrangeiros, desde que deram início ao tardio processo de industrialização. Houve e há diferenças, via de regra, na relação entre Estado e capital (nacional e internacional), sendo que em alguns este prevalece, enquanto em outros aquele faz prevalecer os interesses nacionais sobre a acumulação interminável de capital (ARRIGHI, 2008).

Entre os anos 2000 e 2008, os países do BRIC elevaram suas participações na recepção de IDE mundiais de 10.5% para 19.9%. Ou seja, em termos absolutos, esses países aumentaram o recebimento de capitais externos mais de duas vezes, de US\$ 142,5 bilhões em 2000 para algo em torno de US\$ 339 bilhões em 2008 (Figura 6).

Só a China é responsável por cerca de 51,1% dos investimentos recebidos pelo BRIC, com US\$ 173,2 bilhões (tabela 6). Isso se deve não somente às amplas possibilidades de acumulação no país mais populoso do mundo, como ainda, e principalmente, ao estímulo governamental à entrada de capitais estrangeiros. Parte considerável desses capitais são de residentes chineses que, a fim de obter as mesmas vantagens de investidores estrangeiros, enviam capitais para paraísos fiscais como Hong Kong e depois trazem de volta à China com a rubrica de investimentos externos (AYKUT; RATHA, 2004).

A Rússia é o segundo principal destino de investimentos estrangeiros do grupo, recebendo em 2008 US\$ 70 bilhões, algo em torno de 20.8% dos IDE destinados ao BRIC. O Brasil aparece logo em seguida, ao receber US\$ 45 bilhões, com 13.3%. A Índia, com US\$ 41 bilhões, representa 12.2% do total e a África do Sul, com US\$ 9 bilhões, apenas 2.6%. Torna-se necessário salientar, no entanto, que os IDE não são constantes e variam conforme a conjuntura internacional e nacional em cada mercado.

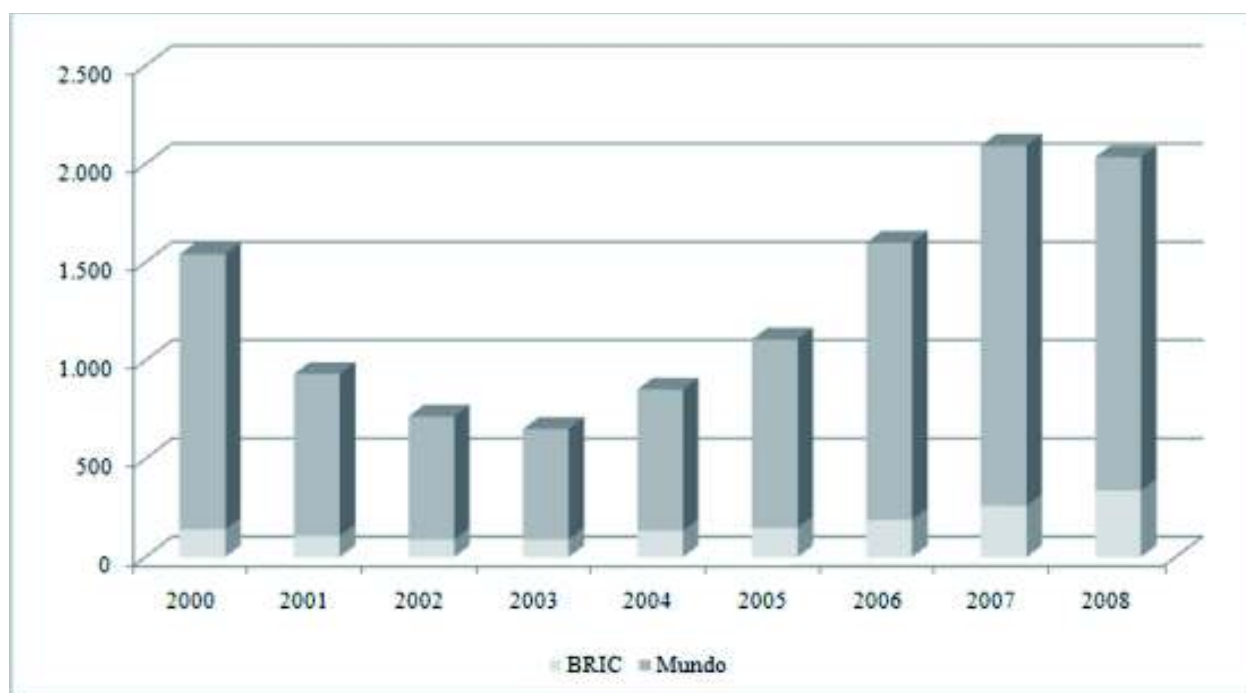


Figura 6: Investimentos recebidos pelo BRIC, entre 2000 e 2008, em US\$ bilhões

Fonte: UNCTAD DATABASE e World Investment Report (2009).

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Se avaliarmos, por exemplo, o avanço dos IDE entre os anos de 2000 e 2008, notamos que tanto a Rússia como a Índia, respectivamente, foram os que mais evoluíram e que mais apresentaram crescimento na entrada de investimentos externos. Sem dúvida, a importância do BRIC como espaço de recepção dos investimentos deve-se a dois motivos principais, quais sejam o rápido crescimento econômico dos países e a política de abertura econômica e de privatização adotada, em graus diferenciados, por cada um dos países.

Tabela 6: Investimentos recebidos pelo BRIC, em US\$ bilhões

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
África do Sul	0,8	6,8	1,6	0,7	0,8	6,6	-0,5	5,7	9,0
Brasil	32,8	22,5	16,6	10,1	18,1	15,0	18,8	34,6	45,0
China	102,6	70,8	62,8	67,6	95,1	107,2	119,4	145,5	173,2
Índia	3,6	5,5	5,6	4,3	5,8	7,6	19,6	22,9	41,5
Rússia	2,7	2,8	3,4	7,9	15,5	12,9	32,4	52,5	70,3
Total	142,5	108,4	90,0	90,6	135,3	149,3	189,7	261,2	339,0

Fonte: UNCTAD DATABASE e World Investment Report (2009).

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Quando focalizamos os IDE realizados pelo BRIC, apesar da evolução, verificamos que o ritmo de crescimento é menor que o de recepção de investimentos. A emergência de multinacionais periféricas é contemporânea ao avanço das multinacionais dos países desenvolvidos, em finais do século XIX. Contudo, investimentos de empresas argentinas (Alpargatas, Siam di Tella, Bung y Born) e brasileiras (Matarazzo) eram descontínuos ao longo do tempo (SANTOS, 2010).

É a partir de meados dos anos 1960 que ocorre um processo de expansão de empresas multinacionais periféricas, sobretudo em direção à própria periferia. Durante os anos 1960 e 1970, a América Latina esteve à frente dos investimentos, e dos anos 1980 em diante, a Ásia assumiu a condição de

principal espaço investidor da periferia do sistema capitalista (CHUDNOVSKY; LÓPEZ, 2000). Os investimentos periféricos deixaram de ser restritos à Ásia e à América Latina desde finais dos anos 1990, com o rápido avanço de empresas do Leste e Sul da Europa (ANDREFF, 2003).

Dados da UNCTAD apontam para algo em torno de 19% de todos os investimentos mundiais como sendo provenientes da periferia capitalista. Se nós estreitarmos essa ampla periferia, poderemos notar que os principais países são aqueles que foram, uns mais outros menos, incorporados e/ou “integrados” aos países desenvolvidos a partir dos anos 1950, mais precisamente ao processo de concentração do capital, ou seja, a incorporação de novos espaços geográficos – prevalentemente sob a forma de greenfield investments - à lógica de acumulação num momento de superacumulação nos países centrais.

Os países do BRIC respondem por mais da metade (56.7%) de todos os investimentos realizados pelos países periféricos e por 10.7% do total mundial de IDE. Esse processo de fortalecimento do BRIC, apesar de variar de acordo com a conjuntura econômica e política, aumentou consideravelmente de 1990 até 2008, saindo de 3.8% e atingindo quase 11% dos fluxos mundiais de investimento. Entre 2000 e 2008, os IDE do BRIC triplicaram ao se elevarem de US\$ 66,4 bilhões para US\$ 199,1 bilhões (Figura 7).

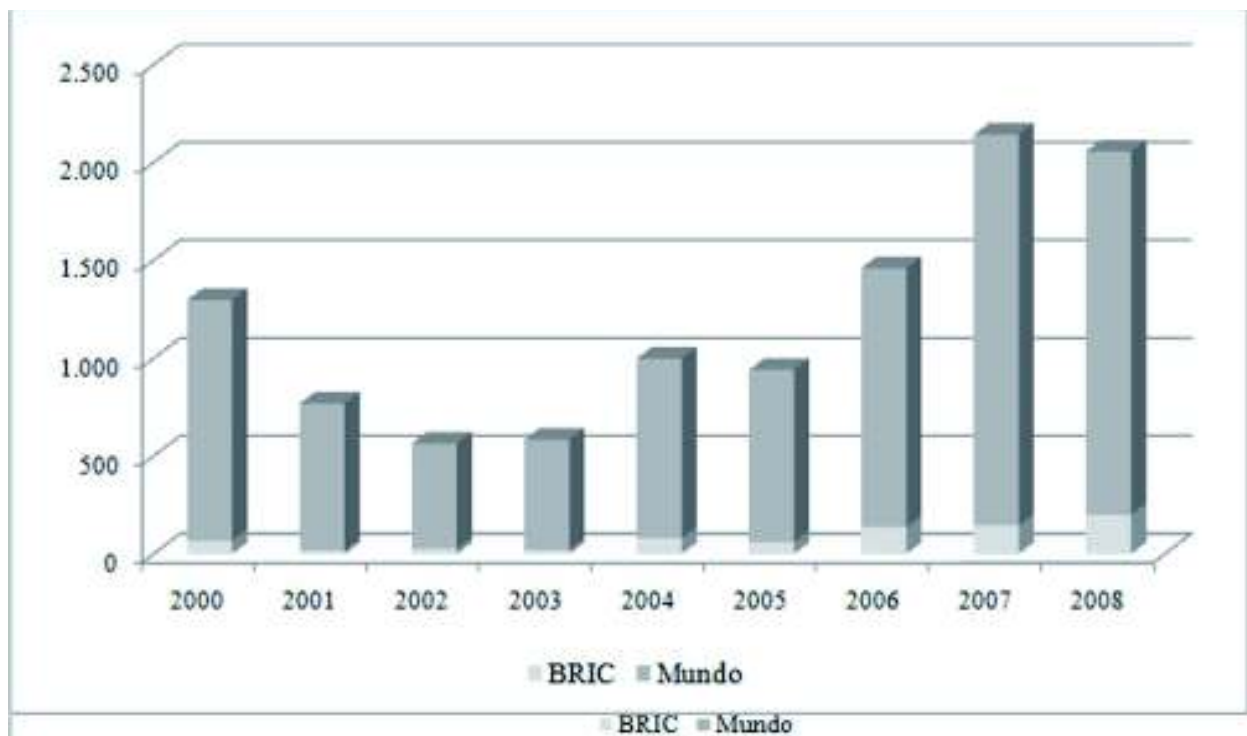


Figura 7: Investimentos externos realizados pelo BRIC, em US\$ bilhões

Fonte: UNCTAD DATABASE e World Investment Report (2009).

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

A China sozinha responde por 56.2% dos IDE, totalizando US\$ 112 bilhões. Rússia, Brasil, Índia e África do Sul correspondem, respectivamente, a 26.3%, 10.3%, 8.9% e -1.7% dos investimentos realizados por todo o grupo (Tabela 7). Essas percentagens variam muito em função das particularidades de cada país e das aquisições e fusões patrocinadas por suas empresas no exterior.

A respeito dessas diferenças entre os países, dois comentários finais merecem destaque. Em primeiro lugar, as estatísticas referentes aos IDE de países periféricos estão subavaliadas por causa da inexistência de instituições ou condições precárias na obtenção de informações de saída de capitais. Em segundo lugar, os dados surpreendentes da China devem-se ao movimento round tripping (viagem em círculo) (AYKUT; RATHA, 2004), isto é, capitais de residentes chineses que

são destinados ao exterior e depois retornam à China como se fossem IDE estrangeiros. Na saída, contam como investimentos feitos pela China e, na entrada, como IDE recebidos.

EMPRESAS MULTINACIONAIS PERIFÉRICAS

Os países do BRIC estão se tornando importantes fontes de investimento no exterior, nos últimos anos. Esse processo, conforme já salientado, não é recente e data de finais dos anos 1960. Se no passado os IDE eram destinados basicamente aos países vizinhos de igual ou menor nível de desenvolvimento, nos anos mais recentes tantos países periféricos como desenvolvidos têm sido visados pelas empresas sediadas no BRIC.

Tabela 7: Investimentos realizados pelo BRIC, em US\$ bilhões

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
África do Sul	0,2	-3,2	-0,4	0,5	1,3	0,9	6,7	3,7	-3,5
Brasil	2,3	-2,2	2,5	0,2	9,8	2,5	28,2	7,0	20,5
China	60,2	18,2	20,0	8,3	51,2	39,4	66,1	75,6	112,0
Índia	0,5	1,4	1,7	1,8	2,2	2,9	12,8	13,6	17,7
Rússia	3,2	2,5	3,5	9,7	13,8	12,7	23,1	45,6	52,4
Total	66,4	16,7	28,1	20,5	78,3	58,4	136,9	145,5	199,1

Fonte: UNCTAD DATABASE e World Investment Report (2009).

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

É relevante salientar que as estratégias espaciais das empresas, os mercados escolhidos para os investimentos, as forças motrizes e/ou motivações à realização de IDE e os setores selecionados para a expansão internacionais são diferentes em cada economia do grupo. Outra característica importante é a diferença no papel do Estado no avanço internacional das empresas.

A África do Sul é um importante investidor dentro e fora da África, com muitas empresas adquirindo participações acionárias em muitos projetos, especialmente em bancos, tecnologias da informação e comunicações, desenvolvimento de infra-estrutura e em recursos naturais (UNCTAD, 2008). Dentre as 100 empresas transnacionais não financeiras de “países em desenvolvimento”, cujo ranking envolve o valor dos ativos estrangeiros e não necessariamente o tamanho da empresa, temos 9 empresas sul-africanas, quais sejam Sasol Limited, Sappi Limited, MTN Group, Steinhoff International Holdings, Gold Fields Limited, Naspers Limited, Barloworld, Bidvest Group Limited, Datatec Limited.

No Brasil, os investimentos estão concentrados na América Latina, embora haja o avanço de empresas nos Estados Unidos, no Canadá e, em menor importância, na Ásia e na Europa. As principais razões para os IDE são o acesso a matérias-primas, a mercados e redes de distribuição (SAUVANT, 2005), bem como o acesso a moedas fortes e a capitais a juros mais baixos (SANTOS, 2008). Dentre as empresas, podemos destacar Gerdau, CSN, Vale, Petrobras, Votorantim, Camargo Corrêa, Weg, JBS Friboi e Odebrecht. As empresas Vale, Petrobras e Gerdau, respectivamente, figuram a lista das 100 maiores empresas de “países em desenvolvimento” com maiores ativos no exterior.

As empresas russas têm investido fortemente na Europa e nos Estados Unidos, embora haja uma importante presença em países vizinhos da Comunidade de Estados Independentes (CEI), e os setores escolhidos estão relacionados, principalmente, ao petróleo e a minérios. Dentre as principais razões para os IDE temos a procura por contrabalancear os altos impostos, os constrangimentos regulatórios e o clima de negócios domésticos (SAUVANT, 2005). Os investidores russos significativos são Gazprom, Lukoil, Yukos, Novoship, Norilsk Nickel e Primorsk Corporation.

No caso da Índia, os principais investimentos externos foram destinados aos Estados Unidos

e à Rússia à procura de, respectivamente, ativos tecnológicos e recursos naturais (petróleo e gás natural). Mais da metade dos IDE estão concentrados no setor industrial (especialmente fertilizantes, pesticidas, sementes e remédios), seguido pelo setor de serviços com 37% (tecnologia da informação, processamento de negócios, publicidade e transmissão da comunicação) (SAUVANT, 2005). As principais empresas com investimentos no exterior são Tata, Infosys Technologies, Wipro, Reliance, entre outras. A Tata é a única listada entre as 100 empresas de “países em desenvolvimento” com maiores ativos no exterior.

Os investimentos chineses no exterior são destinados principalmente à Ásia, apesar do rápido avanço nos países desenvolvidos, na África e na América Latina. Mais de 40% das empresas multinacionais chinesas são controladas pelo Estado, cujo objetivo é assegurar o acesso a recursos naturais e a tecnologias avançadas (CHILD; RODRIGUES, 2005). Outros motivos para o avanço internacional são o acesso a redes de distribuição, a mercados e a busca pela construção de marcas globais (SAUVANT, 2005).

Podemos destacar algumas multinacionais chinesas, dentre elas Lenovo, TCL, Haier, CNOOC, CNPC, CITIC Group, CSCEC, Shinocem Corp, Beijing Enterprise Holding etc. No ranking das 100 maiores empresas transnacionais de “países em desenvolvimento”, da UNCTAD, a China possui 36 empresas, contando com aquelas sediadas em Hong Kong.

Esse processo de multinacionalização de empresas do BRIC é tanto espontâneo quanto incentivado. Países como Índia e China estimulam o avanço de empresas no exterior, com programas que fornecem desde empréstimos até relatórios sobre mercados promissores para expansão. No Brasil, há um tímido programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que estuda as propostas de investimento das empresas brasileiras, empresta capitais e exige, como contrapartida, exportações em igual valor durante determinado tempo.

Sobre o avanço das empresas, dois pontos merecem destaque. Primeiro, que os investimentos Norte-Sul sofrem uma relativização e há um fortalecimento dos fluxos de IDE Sul-Sul, com cerca de metade dos investimentos direcionados ao Sul provenientes de países do próprio Sul. Segundo, em termos de processo, se historicamente tivemos a concentração e a centralização de capital em escala mundial comandadas pelos países desenvolvidos, atualmente podemos aventar que o capital conhece um movimento de concentração e centralização descentrado, quer dizer, novos centros emergiram como lugares privilegiados de comando do capital mundial, dentre eles o BRIC.

Um terceiro ponto, mais emblemático, refere-se à ideia de centro e periferia. Em que medida esses conceitos se aplicam a uma realidade em que países ditos “periféricos” são espaços para onde são carreados a mais-valia proveniente do centro? Lembrando que a mais-valia carreada para a “periferia” advém não só dos excedentes gerados pelas multinacionais do Sul, como ainda dos rendimentos dos papéis da dívida pública e das empresas estadunidenses cotados em Wall Street, por exemplo. Harvey (2005) avaliou que 40% dos “recursos dos tesouros norte-americanos e um quinto dos ativos de Wall Street já pertencem a estrangeiros” (p. 182).

DESCOLAMENTO DO BRIC?

Wilson; Roopa (2003), com base num estudo econométrico que avaliou as últimas projeções demográficas e um modelo de crescimento da produtividade e da acumulação de capital, realizaram um prognóstico sobre os movimentos de capitais, a renda per capita e o crescimento do PIB nas economias BRIC – com exceção da África do Sul – até 2050. Suas conclusões são de que as economias BRIC se tornarão muito grandes na economia mundial, a ponto de serem maiores, em dólares, que os seis países mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália), sendo que somente Estados Unidos e Japão estarão entre as seis maiores economias mundiais por volta de 2050.

No entanto, fazem algumas ressalvas. Primeiro, que, apesar do avanço do BRIC, suas rendas per capita serão menores que dos seis países mais ricos atuais, exceto pela Rússia que terá uma ela-

vada renda por habitante. Segundo, as suposições chave subjacentes às projeções só serão possíveis se as economias BRIC continuarem com suas políticas e instituições de desenvolvimento. Dentre as conditions for growth, destacam a estabilidade macroeconômica, a eficiência das instituições, a abertura econômica e investimentos em educação.

O'NEILL (2009) defende a idéia de decoupling (descolamento) das economias BRIC das vicissitudes pelos quais a economia mundial enfrenta. Para ele, “a ideia de descolamento é que, por causa das economias BRIC contarem cada vez mais com a demanda doméstica, elas podem continuar a prosperar mesmo que seu principal mercado de exportação, Estados Unidos, desacelere dramaticamente” (s/p). Apesar do descrédito dessa ideia com a desaceleração econômica nos países da tríade (Estados Unidos, Europa e Japão), afirma que “há agora bastante evidência que o deslocamento está vivo e bem” (s/p).

Rizvi (2009) critica o que ele chama de propaganda exagerada e facilidade ou modismo do termo decoupling, sobretudo num momento inicial da crise das hipotecas nos Estados Unidos e de poucas repercussões sobre os demais países. Deste modo, afirma: “Agora, com o espectro da recessão americana gradualmente ganhando força, a teoria do descolamento parece estar perdendo terreno rapidamente. A nova teoria é que neste mundo totalmente globalizado nenhum mercado pode permanecer completamente isolado dos choques globais” (s/p).

A Ásia é vista como o motor do crescimento que poderá direcionar a economia global fora da recessão induzida pela crise hipotecária nos Estados Unidos. Rizvi (2009) chama a atenção para o fato de que a Ásia administra uma enorme quantidade de excedente em conta corrente com o resto do mundo superior a US\$ 300 bilhões

[...] que está no centro de um fundamental desequilíbrio global que mantém a finança global e as economias reais intimamente ligadas. É por causa dessa contínua dependência externa que é difícil ver como a Ásia não seria significativamente afetada por uma recessão americana, a menos que a China e outros países em desenvolvimento sejam capazes de expandir a demanda doméstica substancialmente (RIZVI, 2009, s/p).

Dos países do BRIC, Índia e Brasil são os que menos dependem do mercado mundial, porque são mais dependentes da demanda do mercado doméstico. A Rússia, por sua vez, depende muito das cotações de commodities, principalmente petróleo e gás natural, de modo que, com a desaceleração e diminuição dos preços dos recursos naturais, tende a sofrer as consequências da crise. A China, apesar de depender da demanda externa mais que os demais membros do BRIC, tem adotado um forte programa de incentivo à demanda doméstica e avançado em alguns mercados não tradicionais com seus produtos.

As políticas de incentivo da demanda doméstica adotadas pelo Brasil e pela China e o próprio crescimento da Índia a taxas de 6% no ano de 2009 precisam ser avaliados com muito cuidado. A proposição de decoupling baseia-se em critérios e projeções econométricos e, ao não considerar alguns processos conjunturais, geopolíticos e a dimensão social, trazem mais questões do que respostas. Afinal, por mais que haja o estímulo à expansão da demanda doméstica, se as políticas priorizarem a dimensão econômica, desconsiderando o aspecto dual de países avançados economicamente e com enormes problemas de desigualdade social, só terão efeitos breves e necessitarão da retomada da demanda nos países desenvolvidos.

Arrighi (2008), com uma leitura mais sofisticada e sem modismos propagandísticos, defende a tese de que “o fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano e o sucesso do desenvolvimento econômico chinês, tomados em conjunto, tornaram mais provável do que nunca [...] a concretização da idéia de Smith de uma sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações” (p. 24). Ou seja, defende que a tentativa frustrada dos Estados Unidos, depois do atentado de 11 de setembro, de construir um império verdadeiramente global

não só criou condições para um caos mundial, como ainda aumentou a possibilidade da formação de uma sociedade de mercado mundial centrada na China.

A respeito da emergência da China, Arrighi chama a atenção para três pontos. Primeiro, apesar do poderio militar menor e da dependência do mercado estadunidense, a China não é vassala dos Estados Unidos como Japão, Cingapura, Hong Kong, Taiwan, e os Estados Unidos dependem muito mais dos produtos baratos chineses e da compra de seus títulos do tesouro. Segundo, a China vem substituindo os Estados Unidos como motor de expansão econômica na Ásia e em outras partes do mundo. Terceiro, os Estados Unidos enfrentam uma “crise terminal” de sua hegemonia com os atoleiros no Iraque e no Afeganistão, os quais precipitaram a transferência do poder econômico e político para a Ásia oriental.

Harvey (2005) interpreta a invasão do Iraque e do Afeganistão como decorrentes da dialética interna e externa da sociedade americana e do petróleo. O controle deste último é uma questão de segurança nacional dos Estados Unidos e da economia global como um todo. Para Harvey (2005), o projeto gestado pelos neoconservadores para o Novo Século Norte-Americano previa a ocupação rápida do Afeganistão, depois Iraque e, finalmente, do Irã e o controle das gigantescas reservas de petróleo do mar Cáspio e do Golfo. Tanto a Europa como o Japão e a China, principais configurações regionais político-econômicas concorrentes dos Estados Unidos, dependem do petróleo dessa área.

Fiori (2009) aventa que os Estados Unidos estão disputando com China e Índia pelos excedentes energéticos atuais ou potenciais em alguns territórios, e que esta competição está se transformando num triângulo econômico complementar e competitivo dinamizador da América Latina e da África Subsaariana. Tanto a China como a Índia estão estreitando laços comerciais e de investimentos diretos com países latino-americanos e africanos, ocasionando o aprofundamento das relações materiais Sul-Sul e o redesenho do sistema econômico mundial.

Apesar do fortalecimento dos laços materiais, defende que é pouco provável uma aliança geopolítica em função das diferenças quanto às inserções e aos interesses dos países envolvidos. A China e Índia, depois de se projetarem no sistema mundial como potências hegemônicas e militares, “têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões, e ocupam hoje uma posição geopolítica global absolutamente assimétrica com relação ao Brasil e à África do Sul” (FIORI, 2009, p. 23-24).

Nesta seção, dialogamos com diferentes autores, cujas posições são ora favoráveis ao descolamento, ora contra. Outros ainda, marxistas ortodoxos, são menos modistas e mais incisivos a respeito de um fortalecimento político e econômico da Ásia e da tentativa americana, depois de instaurar sua hegemonia com o dólar e a financeirização nos anos 1970, de controlar a torneira do petróleo nos anos mais recentes. Sem dúvida, mais importante que aderir ao modismo do decoupling das economias BRIC, é chamar a atenção para o fortalecimento das relações comerciais e de investimento Sul-Sul, capaz de tornar os países periféricos menos dependentes da senhoriação financeira e militar dos países desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço acelerado da China e as repercussões positivas sobre os demais países do BRIC não são fenômenos passíveis de compreensão isolada, haja vista que o crescimento econômico mundial, nos primeiros anos deste século, foi sustentado pelo demasiado endividamento das famílias americanas e pela política frouxa do Federal Reserve (Banco Central estadunidense). Não só antes, mas também em plena crise a ideia de descolamento (decoupling) carece tanto de comprovação empírica como de aporte teórico e conceitual.

Sob a perspectiva da média dureé, acreditamos que, cada vez mais, China e Estados Unidos estarão ligados econômica e financeiramente, porém a relação será tensa. Doravante, serão frequentes as pressões dos dois lados pelo controle de importantes reservas de petróleo na África, no Mar Cáspio e no Oriente Médio, bem como as pressões para a valorização do iuan frente ao dólar. Tanto

Rússia como Brasil, que se beneficiaram das condições favoráveis nos primeiros anos deste século e ampliaram consideravelmente as exportações de commodities, poderão aumentar suas margens de manobra e de escolhas políticas em meio às tensões nas relações sino-americanas.

Nos primeiros anos deste século tem ocorrido um avanço gradual, se não rápido, do PIB, dos fluxos comerciais e dos investimentos de África do Sul, Brasil, Rússia, Índia e China. No entanto, alguns comentários conclusivos merecem apreço. Primeiro, apesar do crescimento do PIB, os cinco países juntos são menores que a economia estadunidense. Segundo, África do Sul, Brasil e Índia dependem, cada vez mais, do mercado da China como destino de suas exportações. A China, embora tenha aumentado suas exportações aos demais países do grupo, não tem nesses mercados como principais destinos de suas vendas. Terceiro, muitas empresas multinacionais têm emergido desses mercados, porém só China e Índia têm patrocinado a expansão de seus empresários como uma estratégia de desenvolvimento. Em outras palavras, na China e na Índia as lógicas de acumulação de capital e de acumulação de poder pelo Estado estão caminhando juntas (como fizeram e ainda fazem os países desenvolvidos), enquanto no Brasil, na Rússia e na África do Sul, falta essa ligação e/ou os Estados ainda caminham a passos lentos. Finalmente, os países do BRIC possuem enormes problemas decorrentes da desigualdade social, mesmo com as elevadas taxas de crescimento.

Last but not least, a desaceleração econômica nos países desenvolvidos, a baixa credibilidade da hegemonia financeira e militar dos Estados Unidos, o fortalecimento das relações materiais Sul-Sul, entre outras condições, podem possibilitar o estabelecimento de uma nova ordem internacional que não fique restrita ao grupo das sete economias mais ricas do planeta. Sem dúvida alguma, tudo dependerá das escolhas políticas, econômicas e sociais adotadas pelo BRIC, principalmente a China.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGTMAEL, Antoine V. **Emerging markets century**: How a new breed of world-class companies is overtaking the world. New York: Free Press, 2008, 374p.

ANDREFF, Wladimir. Las empresas multinacionales rusas: Inversión directa de Rusia en el exterior. **ICE La economía rusa**, p. 97-115, n. 805, marzo 2003.

ANDREFF, Wladimir. **Multinacionais globais**. Bauru: EDUSC, 2000, 198p.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim. Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008, 428p.

AYKUT, Dick; RATHA, Dilip. South-south FDI flows: how big are they? **Transnational corporations**, Geneva, v. 13, n. 1, abril/2004.

BAUMANN, Renato. Some recent features of Brazil-China economic relations. **Cepal**, LC/BRS/R. 205, April 2009, available in: www.cepal.org/brasil

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha**: Os Estados Unidos e a economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003, 414p.

BROADMAN, Harry G. China and India go to Africa: New deals in the developing world. **Foreign affairs**, New York, mar./abr.2008.

CHILD, John; RODRIGUES, Suzana B. The Internationalization of Chinese Firms: A Case for Theoretical Extension? **Management and organization review**, England, v. 1, n. 3, p. 381 – 410, 2005.

CHUDNOVSKY, Daniel; LÓPEZ, Andrés. A third wave of FDI from developing countries: Latin American TNCs in the 1990s. **Transnational corporations**, Geneva, v. 9, n. 2, p. 31-74, August 2000.

DUPAS, Gilberto. África do Sul, Brasil e Índia: Divergências, convergências e perspectivas de alianças. In: VILLARES, Fabio (Org.). **Índia, Brasil e África do Sul**: Perspectivas e alianças. São Paulo: Editora UNESP: IEEI, 2006, p. 335-363.

FIORI, José Luís. **A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul**. Disponível em <http://www.unicap.br/ne_al/artigos/ProfFiori.pdf> Data de acesso: 31 de agosto de 2009.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005, 201p.

- MOREIRA, Erika V.; SANTOS, Leandro B. A China e o agronegócio brasileiro. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 31, v. 2, p. 69-94, jul/dez. 2009.
- O'NEILL, Jim. The new shopping superpower. The BRICs rely increasingly on domestic demand and can boom even if export markets like the U.S. slow. **Newsweek**, New York, 21 march/2009.
- RIZVI, Saima. **Emerging markets decoupling theory – A myth**. Disponível em < http://www.indianmba.com/Faculty_Column/FC794/fc794.html> Data de acesso: 30 de agosto de 2009.
- SANTOS, Leandro B. A emergência da empresas Multilatinas. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 115-131, 2010.
- SANTOS, Leandro B. **Reestruturação, internacionalização e novos territórios de acumulação do Grupo Votorantim**. 2008. 281f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- SAUVANT, Karl P. New sources of FDI: The BRICS. Outward FDI from Brazil, Russia, India and China. **The Journal of world investment & trade**, Geneva, p. 339 – 709, 2005.
- SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. Mundialização e configurações recentes do capitalismo: Uma leitura pelas Multilatinas. In: MENDONAÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian L.; SILVA, Márcia (Org.). **Espaço e tempo**: Complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan, 2009, p. 443-458.
- UNCTAD. **World Investment Report**. Transnational corporations and the infrastructure challenge. United Nations: New York, 2008.
- WILSON, Dominic; ROOPA, Purushothaman. Dreaming with BRICs: The path to 2050. **Global Economics Paper**, n. 99, October 2003.

Trabalho enviado em maio de 2010
Trabalho aceito em agost de 2010